



A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE SOB A LÓGICA NEODESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO LULA

Teone Maria Rios de Souza Rodrigues Assunção¹

Vera Lúcia Tieko Suguihiro²

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo analisar o cenário em que foi implantada a Política Nacional de Juventude, sua inclusão como base normativa na Constituição Federal de 1988. Resgata-se o debate no marco das aspirações governamentais sob a lógica neodesenvolvimentista do primeiro ano de governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A hipótese é a de que embora assumindo uma manifestação mais elaborada, o *neodesenvolvimentismo* se apresenta como uma alternativa ao ideário neoliberal. Portanto, a Política Nacional de Juventude foi formulada à luz dessa perspectiva.

Palavras chave: Neodesenvolvimentismo. Política Nacional de Juventude. Juventude.

ABSTRACT:

This paper aims to analyze the scenario in which the National Youth Policy was implemented, its inclusion as a normative basis in the Federal Constitution of 1988. The debate is redeemed within the framework of governmental aspirations under the neodevelopmental logic of the first year of Luiz's rule Inácio Lula da Silva. The hypothesis is that although assuming a more elaborate manifestation, neodesenvolvimentismo presents itself as an alternative to the neoliberal ideology. Therefore, the National Youth Policy was formulated in the light of this perspective.

Keywords: Neo-developmentalism. National Youth Policy. Youth.

¹ Professora do Colegiado de Serviço Social da UNESPAR Campus de Paranavaí. Doutora e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. (44) 999998366 – teone.assuncao@gmail.com membro dos grupos de pesquisa: “Economia do Trabalho, Educação e Desenvolvimento Regional” da UNESPAR e “Orçamento Público” da UEL. Paraná – Brasil.

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – UE. Doutora e Mestre pela Pontífice Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. (43) 999932703 – suguihiro@uel.br coordenadora do grupo de pesquisa “Orçamento Público” da UEL.

INTRODUÇÃO

As profundas mudanças ocorridas na sociedade capitalista, em particular no Brasil, atingiram e continuam a ter seus efeitos sobre o conjunto da classe trabalhadora e, no interior desta, sobre aquela compreendida como juventude.

Neste estudo, pretende-se apresentar a lógica em que a Política Nacional de Juventude foi promulgada durante o primeiro governo Lula (2003-2010). Pode-se dizer que nesta fase, houve continuidade das políticas neoliberais, ao mesmo tempo em que a busca de um novo padrão de desenvolvimento no país denominado de novo desenvolvimentismo ou “*neodesenvolvimentismo*”, para diferenciá-lo do desenvolvimentismo de meados do século XX.

Trata-se de um conceito vinculado ao nacional “desenvolvimentismo”, desenvolvido desde os anos de 1930, mas, essencialmente no período do governo de JK. O desenvolvimentismo busca a implementação de uma política econômica para o país, seguindo a lógica de resultados via meta para o crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do Estado na economia. Neste novo padrão de desenvolvimento capitalista, vislumbra-se ser possível aliar crescimento econômico com justiça social. Entretanto, apesar da sua vinculação com o nacional desenvolvimentismo, o novo desenvolvimentismo se difere deste na medida em que é elaborado a partir de pontos de convergência com o Consenso de Washington. Foi apresentado como um projeto alternativo ao ideário neoliberal, mas que incorporou elementos da concepção liberal de desenvolvimento, como se pode comprovar a partir do que se vivenciou no recente período do início da primeira década dos anos 2000 para cá.

No novo desenvolvimentismo a diretiva é que o Estado tenha o papel de complementar as supostas falhas do mercado, com o objetivo de fortalecer o atual modelo de reprodução do capitalismo. Todavia, a ênfase é dada na política econômica através da responsabilidade fiscal, pelo *superávit* primário³, metas inflacionárias⁴, câmbio flutuante⁵, com

³Entende-se por *superávit* primário o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, exceto os gastos com pagamento de juros.

⁴Trata-se de uma estratégia de política monetária utilizada pelos países imperialistas do ponto de vista econômico, principalmente, com o objetivo de ancorar as expectativas dos agentes financeiros e econômicos quanto ao comportamento futuro das taxas de inflação.

⁵Câmbio flutuante é o sistema em que a compra e venda de moedas funciona sem controle sistemático do Governo.

intervenção pontual no câmbio e nos juros, incentivos tributários e subsídios para conglomerados do capital monopolista aumentar as taxas de lucro sob a lógica de uma política industrial de inovação tecnológica, conhecida como “campeãs nacionais”. Além disso, propõe o aumento da massa salarial e ampliação do crédito para consumo no mercado interno, de modo que ocorra uma aceleração na economia interna do país. A política social dá ênfase na transferência de renda, porém focalizada nas camadas sociais mais pobres. Na verdade, o ponto central do *neodesenvolvimentismo* são os investimentos realizados através de políticas de governo de caráter emergencial, cujo objetivo é atender as sequelas manifestas nas camadas sociais pobres, sem, contudo, romper com práticas desenvolvidas sob o ideário neoliberal, que propunha a reativação das taxas de lucro do grande capital, bem como a transferência do orçamento público para as frações privadas da classe dominante.

Esta nova fase de desenvolvimento do capitalismo, denominada por novo desenvolvimentismo, foi inaugurada no Brasil durante o governo Lula, período no qual incrementou-se programas de transferência de renda para aliviar a pobreza extrema. Orientações, sugeridas pelo Banco Mundial e outros organismos multilaterais, desde os anos de 1990, aos países periféricos. Neste aspecto as políticas de governo seguiram na lógica do *neodesenvolvimentismo* com a “assistencialização” das políticas sociais, além da privatização de políticas como a Educação e as da Seguridade Social, principalmente a Previdência Social e Saúde. Ainda que não pretenda ser uma ruptura com o capitalismo, tal como implantado no país o *neodesenvolvimentismo*, busca um novo padrão de acumulação, apoiado na exportação de produtos primários, as *commodities*, ao mesmo tempo em que o governo tenta conciliar as reivindicações de ambas as classes sociais na construção de um “projeto alternativo” de sociedade, como disse à época o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro discurso proferido logo após o resultado das eleições em outubro de 2002. Para levar adiante seu projeto, Lula reforçou e preservou a agenda política anterior em diversos aspectos. Nas medidas para desenvolver o crescimento da economia do país, por exemplo, manteve o cumprimento dos compromissos econômicos firmados por Fernando Henrique Cardoso, aliando a eles a promessa de realizar políticas sociais mais inclusivas, universalizantes e de conciliação com redistribuição de renda. Acenava, ainda, com a realização da reforma agrária sem afetar as terras produtivas, comprometendo-se, também, com a criação de postos de emprego. Lula afirmava que daria “ênfase no Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens que hoje encontram tremenda dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho” (VIEIRA, 2015, p. 696).

Desta maneira, no primeiro governo Lula é possível verificar que se tentava mesclar

duas perspectivas distintas: aquelas do neoliberalismo, com forte investimento direcionado a melhorar as condições de vida dos agrupamentos mais empobrecidos da sociedade e elevação destes mesmos à condição de classe média. Com o intuito de averiguar se tal hipótese se comprova, vislumbra-se contextualizar historicamente a implantação da Política Nacional da Juventude bem como, em linhas gerais, o período considerado como sendo o marco do *neodesenvolvimentismo* no Brasil.

1. CARACTERÍSTICAS NEODESENVOLVIMENTISTA DA POLÍTICA SOCIAL EMPREENDIDA NO GOVERNO LULA

Dentre as análises de diversos estudiosos sobre o novo desenvolvimentismo no Brasil, principalmente durante o Governo Lula, resgatam-se aqui as ideias de Leher (2012),

Com efeito, as realizações e as ressignificações nas políticas sociais empreendidas pelos governos do PT obedecem à gramática básica que estrutura as proposições dos organismos internacionais e dos principais centros de pensamento da ordem liberal-burguesa. Eis parte do ardil dos setores dominantes: lograram manter inalterados a regressão dos direitos do trabalho e o padrão de concentração de renda, mas, com as políticas focalizadas, puderam avançar na “redução da pobreza”. O que parecia impossível – enfrentar a pobreza sem transformar a base econômica – tornou-se uma ideologia com forte poder hegemônico. Tal reconfiguração das políticas sociais objetiva que os setores dominantes possam manejar uma ordem social em que a concentração de renda é, necessariamente, avassaladora; os lucros dos bancos são astronômicos; o agronegócio conta com gordos subsídios públicos e com ativa proteção governamental, inclusive pelo empenho do Estado em estagnar a reforma agrária, sendo parte crucial do celebrado PIB de países como o Brasil, e os saqueadores dos recursos naturais contam com subsídios e infraestrutura pública no escopo do Plano de Infraestrutura Regional da América do Sul e do Programa de Aceleração do Crescimento (MOTA apud LEHER, 2012).

Desse modo, as políticas sociais mais uma vez desenhavam-se dentro de um modelo reformista de inspiração social-democrata quando propunha extinguir a pobreza extrema e ampliar internamente o mercado de consumo, sem romper com os pilares básicos da acumulação capitalista no Brasil. Assim, as políticas sociais públicas distributivas propostas naquele momento:

[...] operam na linha de menor resistência do capital criando, deste modo, nas condições de crise crônica de superprodução do capitalismo mundial, expectativas de capacidade aquisitiva em mercados de grande porte como o Brasil. Produz-se a ilusão do desenvolvimento como realização das necessidades humanas das massas marginais. Entretanto, o que ocorre é a vigência do imperativo abstrato de “realização” do capital, que não consegue, por conta das condições de sua crise estrutural, realizar efetivamente

a construção de sistemas universais de bem-estar-social para o mundo do trabalho (ALVES, 2014, p. 141).

Apesar de ter investido mais em políticas sociais do que fizeram os governos anteriores, durante o primeiro mandato de Lula as alterações ocorreram segundo um “*reformismo fraco*”, como diz Alves (2014). Para ele, as políticas sociais na “era Lula” tiveram avanços sim, pois contribuíram para a redução da desigualdade social, na medida em que foram adotadas políticas redistributivas, mas, não atingiram o patamar de políticas universalizantes, até porque, além da ênfase ter sido dada nas políticas macroeconômicas, essas medidas produziram na sociedade a ilusão de desenvolvimento ao alcance de todos, quando na verdade, em muitos aspectos tornaram-se reféns do próprio sistema político, e, as alterações provocadas à classe trabalhadora causaram pouca interferência em suas condições de vida. A intenção do governo Lula era desenvolver políticas públicas pela lógica da Constituição de 1988, mediante práticas de coalizões com as diversas frações de classe, desde as mais oligárquicas às mais ligadas ao capital financeiro. Deste modo, ainda que Lula propagasse sua “obsessão” em geração de empregos, as coalizões realizadas com as frações de classe burguesas impediam a efetivação de promessas de campanha. Ao mesmo tempo em que anuncia o combate à informalidade, tenta encaminhar, por exemplo, a reformulação da legislação trabalhista sob a alegação de que esta se encontrava defasada em relação ao avanço tecnológico já alcançado pelas indústrias brasileiras. Sobre esta questão, Santos (2005) analisa que:

No que concerne ao caso brasileiro, o espírito reformador ganhou um novo impulso com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República, sem, no entanto, romper com a lógica tradicional de atender aos interesses do capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora em seu conjunto. É dentro dessa perspectiva que se deve entender o caráter real da pretendida reforma sindical e trabalhista proposta pelo governo Lula. Dimensão que, de resto, pode ser evidenciada pelas declarações originárias das fileiras do próprio governo, ainda que alguns de seus representantes atenuem o caráter verdadeiro do projeto. Disfarçada sob o leque da “necessidade”, da “modernidade” ou da “justiça social” a atual reforma sindical e trabalhista proposta pelo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva persegue um objetivo claro: atender, acima de tudo, aos interesses do capital em seu estágio globalizado. As declarações provenientes de figuras do alto escalão do atual governo eliminam qualquer dúvida, sendo a elas que se faz necessário, conseqüentemente, dar espaço, a fim de que o espírito capitalista da reforma venha à tona (SANTOS, 2005).

De acordo com Mota, Amaral e Peruzzo (2012), as recomendações dos defensores do neodesenvolvimentismo são que:

[...] algumas políticas e ações são fundamentais para repor na agenda dos países da região os mecanismos de distribuição dos recursos, de modo a enfrentar a questão da desigualdade, agora com foco na oportunidade. Assim, tais iniciativas devem: promover

a redução da desigualdade com redistribuição, reconhecimento e representação; propiciar o investimento em políticas sociais e educacionais como fatores estratégicos no sentido da inclusão econômica formal de segmentos da população com baixíssimos rendimentos e para a melhoria na distribuição de renda, no sentido de minimizar as assimetrias das desigualdades causadas pela globalização do mercado (SICSU; PAULA; MICHEL apud MOTA; AMARA; PERUZZO, 2012, p.159).

As iniciativas do governo no período compreendido como “Lulismo” no plano federal procuraram caminhar afinadas com proposições levantadas pela OIT, por exemplo. Neste sentido, reafirmaram práticas que pudessem possibilitar à juventude oportunidade “real” de emprego. Uma destas sintonias foi a defesa do “trabalho decente”, ancorado no desenvolvimento de programas nacionais que viessem melhorar a capacidade da juventude em se tornar empregável, principalmente com investimentos nas políticas de qualificação profissional e formação continuada. Além disso, a adoção de políticas voltadas para a juventude foi impulsionada pelo ativismo de vários movimentos sociais, do qual resultou neste contexto a implantação da Política Nacional da Juventude no Brasil.

1.1 A Política Nacional da Juventude sob a influência do ideário *neodesenvolvimentista*

O debate sobre a juventude ganhou as pautas da agenda pública com maior visibilidade e força a partir do ano de 2003, quando foi criada a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEJUVENT). Esta comissão realizou várias audiências públicas, Conferências Estaduais e a Conferência Nacional de Juventude, promovida em 2004, em parceria com a Câmara dos Deputados. A convergência das iniciativas políticas e mobilizações populares que emergiram da sociedade encontraram no governo Lula um ambiente mais adequado à formalização da Política Nacional da Juventude. Como resultado da Conferência Nacional surgiu a Emenda Constitucional 65, que altera a Constituição de 1988 com a inserção nela da juventude como público prioritário. Destas alterações surgiram posteriormente o Plano Nacional da Juventude e o Estatuto da Juventude. Tratavam-se de iniciativas que representaram a soma dos esforços para implantar as políticas públicas para este segmento etário como um embrião de políticas de Estado, presente na legislação nacional quando reconheceu o jovem como prioridade. A temática avançou com a tentativa por parte do Governo de efetivar o Sistema de Garantia de Direitos através da Política Pública de Juventude, a partir das discussões vinculadas ao eixo ligado ao mundo do trabalho, seguindo inclusive as recomendações da OIT com relação às responsabilidades quanto a este segmento juvenil. Neste ponto o governo brasileiro ancorou suas decisões apoiando-se no que recomendam

organismos internacionais como a OIT, cujo Relatório da Agenda Hemisférica define jovem como sendo aquela pessoa na faixa etária de 15 a 29 anos de idade. De igual modo, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm indicado as políticas sociais para a juventude a partir da delimitação da faixa etária, propondo ações que corrijam as defasagens educacionais da população juvenil para que estes possam ingressar em cursos de qualificação profissional.

Dentro dos critérios estabelecidos, segundo o Relatório da OIT, o contingente de jovens no Brasil ultrapassa os 50 milhões na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade. Com relação à questão educacional, apesar de ser considerado um avanço o fato dos jovens brasileiros atualmente terem maior tempo de escolarização do que os adultos, isto pode estar relacionado às políticas educacionais de correção da defasagem escolar, atreladas às políticas de educação profissional até então desenvolvidas no Brasil, as quais contribuíram para formar uma força de trabalho jovem com nível educacional frágil.

No decorrer da história, a juventude sempre foi vista com predisposição à criminalidade. Portanto, era tratada como um problema social. Isto fez com que as ações desenvolvidas para este segmento etário vinculasse o trabalho como prevenção à criminalidade. Ou seja, as ações desenvolvidas como políticas públicas para a juventude, na sua maioria, sempre estiveram vinculadas ao trabalho como meio de prevenir a criminalidade. Tanto é que, mesmo sem muita expressividade, as políticas desenvolvidas até 2002 aconteceram sem uma interlocução com os próprios jovens e persistia a tentativa de construção de políticas públicas muito mais sob tutela do Estado. A maioria das propostas foram pensadas e executadas mediante a transferência de recursos públicos para as Organizações Não Governamentais ou fundações empresariais, que, na verdade, não identificavam o caminho que estava sendo percorrido e o espaço que o jovem precisava ocupar na agenda pública. É possível dizer que foi a partir dessa lógica de compreensão ao longo da história que as políticas destinadas à juventude sempre foram planejadas no primeiro momento como políticas para qualificação profissional, na sua maioria, vinculadas a educação profissional e correção educacional para aproveitamento da força de trabalho.

Entre 2003 e 2007 assiste-se a uma mudança de eixo na problematização da juventude. Foram criados fóruns, movimentos e organizações juvenis, articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), dentre outros movimentos e grupos ligados a distintos setores da juventude, cujo objetivo estava em constituir plataformas e redes em âmbito nacional, com a criação em diversos municípios de órgãos gestores de juventude que reforçaram ações visando à participação dos jovens na elaboração das Políticas Públicas de Juventude.

Em 2004 o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, que aconteceu no Ceará, buscou articular as políticas públicas de juventude das unidades federativas brasileiras junto ao plano nacional de políticas de juventude. Formou-se um grupo de trabalho composto por representantes de 19 ministérios e secretarias especiais, para mapear as condições gerais da juventude brasileira e subsidiar a construção de uma política nacional de juventude bem como as recomendações para a sua elaboração. Em balanço das ações governamentais voltadas à juventude, realizadas na primeira gestão do Governo Lula, estavam registradas mais de 150 ações federais propostas em 45 programas que seriam implementados por 18 ministérios ou secretarias de Estado. Entretanto, das ações identificadas, 19 eram específicas e as demais ações indiretas voltadas à juventude. Em 2003, com exceção do Brasil e Honduras, os demais países da América Latina já contavam com órgãos governamentais responsáveis por cuidar das questões juvenis. No Brasil, apesar do governo federal ter criado a Secretaria Nacional da Juventude, em 2005, os anos iniciais da primeira gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, isto é 2003 e 2004, ainda foram de fraca estruturação das ações para a juventude. No entanto, foi proporcionada e viabilizada a discussão de setores da sociedade capaz de alinhar os procedimentos para fomentar uma concepção mais ampla da juventude enquanto sujeito de direitos e, partícipes na construção da política de juventude no Brasil.

Neste sentido, a Política Pública de Juventude se consolidou como um novo elemento instituído pela Medida Provisória nº 238 de fevereiro do mesmo ano, e, posteriormente se constituiu a Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, quando também foram criados o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), bem como o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), e a Secretaria Nacional da Juventude que passou a ser a responsável por articular os programas e projetos destinados a juventude em âmbito nacional.

Considerações finais

As considerações que se apresenta, não tem a pretensão de se encerrar enquanto conclusões trata-se de alguns apontamentos para maior reflexão e aprofundamento da temática. Foi possível notar que, diante de uma conjuntura potencialmente em modificação, o Estado brasileiro, passou a promover as políticas sociais públicas para a juventude, e, através delas exercer o controle da força de trabalho.

Nota-se que, com o governo Lula, que, seguiu a lógica *neodesenvolvimentista*, ampliaram-se as iniciativas que buscaram a construção de políticas voltadas à juventude,

atrelando-as cada vez mais ao binômio superação da pobreza e preparação para o mercado de trabalho, com uma se apresentando, praticamente, como sinônimo da outra. As diversas frentes foram atravessadas por esta perspectiva, sem, contudo, produzir mudanças significativas a partir de políticas estruturantes e de continuidade, formuladas sob a lógica da garantia de direitos constitucionais preconizados nas legislações afins. Pelo contrário, trata-se de políticas focais destinadas aqueles jovens dos estratos sociais mais pobres, seja do ponto de vista socioeconômico e cultural com a meta de cumprir objetivos emergenciais.

Efetivamente, foram as ações que se caracterizaram muito mais como políticas de governo do que como políticas de Estado dada a sua descontinuidade. São contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que perpassa a política pública de juventude. Portanto, a Política Nacional de Juventude, implantada durante o Governo Lula, refletiu a dinâmica de um conjunto de fatores socioeconômicos, políticos e culturais, que não são exclusivos a este segmento etário, no entanto, foram estes os mais afetados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Canal 6, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei Federal nº 11.129 de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, cria o conselho nacional da juventude – cnj e a secretaria nacional de juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial**. Brasília, DF, 01 jul.2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm> Acesso em: 20 março. 2017.

LEHER, Roberto. **O BIRD e as reformas neoliberais na educação**. 2011. Disponível em:< <[http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/seminario%3A%20neoliberalismo%20e%20direitos%20sociai%3A%20impactos%20na%20politica%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20\(2\)](http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/seminario%3A%20neoliberalismo%20e%20direitos%20sociai%3A%20impactos%20na%20politica%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20(2))> Acesso em: 20 março. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Discurso do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de recebimento do prêmio “Nova economia fórum 2010”**. 18 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/8482-discurso-durante-cerimonia-de-recebimento-do-premio-nova-economia-forum-2010-madri-18-de-maio>>

de-2010> Acesso em: 18 set. 2016.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimento e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do; PERUZZO, Juliana Felix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Editora universitária da UFPE, 2010.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitscheck de. **Diretrizes do plano nacional de desenvolvimento**. Belo Horizonte: Oscar Nicolai, 1995.

SANTOS, Ariovaldo. A reforma trabalhista e sindical do governo Lula: de volta aos parâmetros neoliberais. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 81, p. 40-57, mar. 2005.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira**: 1951-2010 : de Getúlio a Lula. São Paulo: Cortez, 2015.